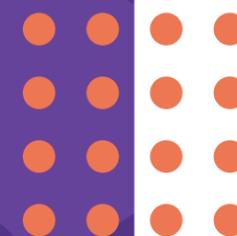


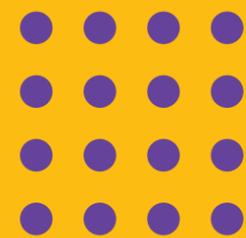
SUMÁRIO EXECUTIVO



PACTO FEDERATIVO

Municípios para a Agenda 2030

Diretrizes para o
aprimoramento do
federalismo brasileiro



Na República Federativa do Brasil, o município é o ente mais próximo das cidadãs e dos cidadãos.

No rol das atribuições municipais estão responsabilidades como a gestão sustentável dos recursos naturais e o enfrentamento das desigualdades sociais e das mudanças climáticas.

Pelo menos três acordos internacionais reconhecem os governos locais como atores centrais e apresentam um norte para as ações que visam o desenvolvimento sustentável: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, a Nova Agenda Urbana e o Acordo de Paris sobre o Clima.



Com base nessa realidade, o projeto “[Pacto Federativo: Municípios para a Agenda 2030](#)” – uma iniciativa conjunta entre Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS Brasil), Centro de Síntese USP Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USPCG/IEA/USP), Instituto Ethos, ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade e Programa Cidades Sustentáveis – propõe diretrizes para aprimorar a governança política federativa brasileira e a capacidade de atuação dos entes municipais. A ideia é garantir que os municípios e a participação cidadã estejam na linha de frente da transformação que possibilitará um desenvolvimento nacional sustentável.

“A inovação da iniciativa está em refletir sobre a governança federativa brasileira, em especial o papel fundamental e as capacidades dos municípios para implementação de políticas públicas, de forma integrada a um projeto de desenvolvimento nacional baseado nos pilares da democracia e da sustentabilidade.”

A República Federativa do Brasil é constituída por:

📍 26 Estados

📍 1 Distrito Federal

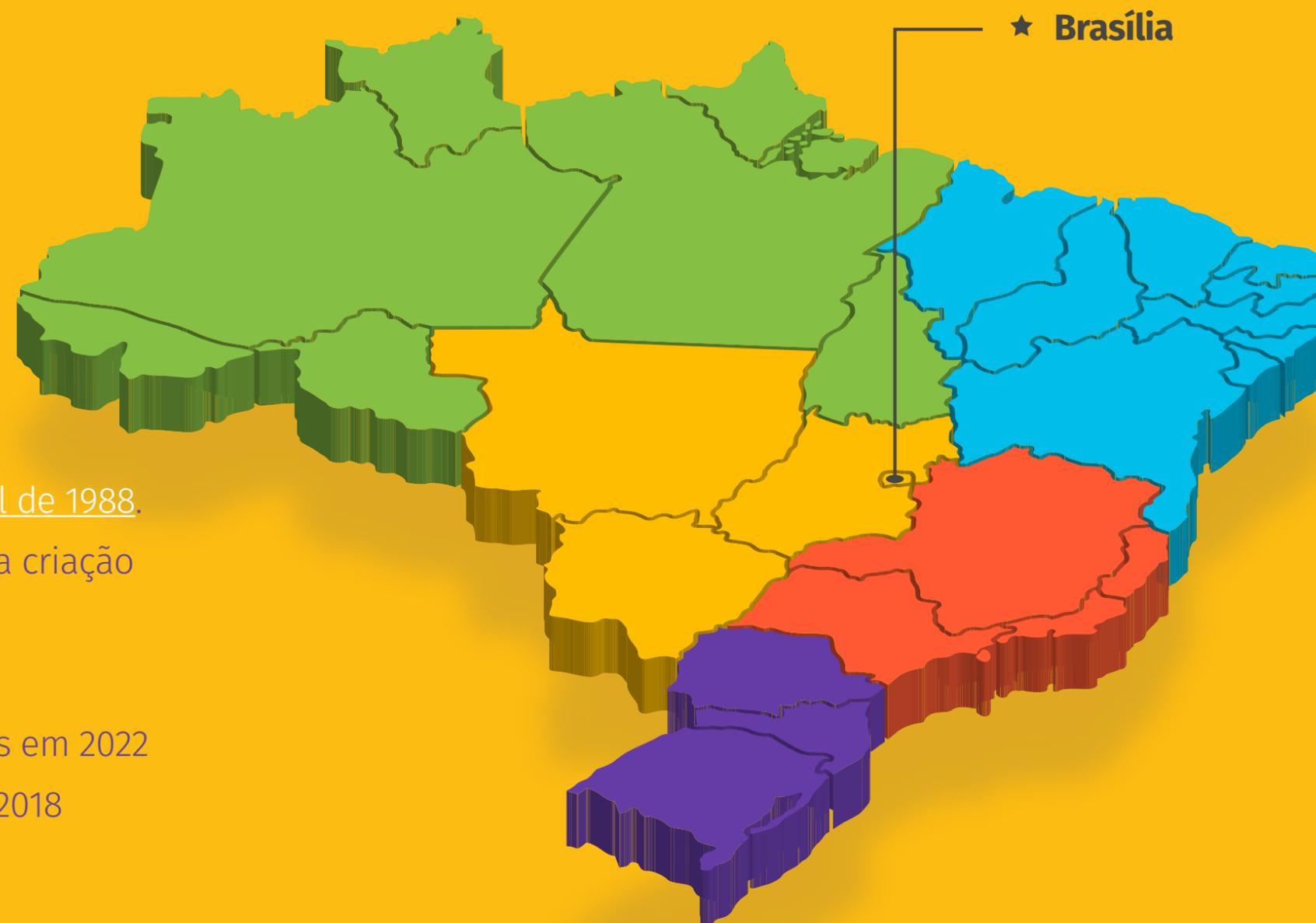
🏢 5.570 Municípios

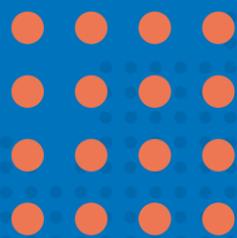
todos autônomos nos termos da [Constituição Federal de 1988](#). Além dos entes federados, a Constituição possibilita a criação de outros arranjos territoriais administrativos:

500+ [consórcios públicos intermunicipais](#) registrados em 2022

235 [Comitês de Bacias Hidrográficas](#) registrados em 2018

74 [Regiões Metropolitanas](#) registradas em 2021





Ponto de partida

Um diagnóstico preliminar, feito em 2018, durante o evento [Pacto Federativo Brasileiro](#), identificou entraves na coordenação entre os entes (União, estados, Distrito Federal e municípios), na distribuição dos tributos e nas competências outorgadas aos municípios pela Constituição Federal e suas reais capacidades de implementação de políticas públicas efetivas.

Processo Participativo – Para dar continuidade e aprofundar esse diagnóstico preliminar, foi concebida a iniciativa “Pacto Federativo: Municípios para a Agenda 2030”, a partir da parceria entre o Instituto Democracia e Sustentabilidade, o Centro de Síntese USP Cidades Globais (USPCG/IEA/USP), o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, o Instituto Ethos e o Programa Cidades Sustentáveis, que resultou na realização de cinco seminários, cujos debates fundamentaram a construção das propostas. Uma ampla consulta a especialistas permitiu uma visão representativa das diferentes realidades regionais, nacionais e internacionais.

Saiba mais sobre os Seminários

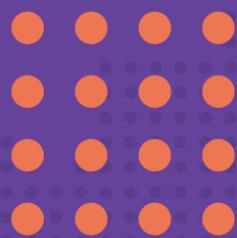
- #1 O papel dos governos locais frente à crise climática
- #2 O território brasileiro e as fronteiras do desenvolvimento
- #3 5.570 municípios: autonomia e saúde financeira para uma economia verde
- #4 Federalismo e cooperação: desafios da gestão integrada e sustentável
- #5 Participação cidadã e transparência nos governos locais: descentralização do poder e fortalecimento da democracia



2:14

6:00

Uma vez formuladas pelas equipes das instituições parceiras, com base nos seminários e em pesquisas bibliográficas, as propostas preliminares foram checadas, utilizando-se de consultas, por meio de formulários, a especialistas reconhecidos por seu trabalho nos temas relacionados ao projeto (*Accountability*, Gestão Territorial, Gestão Pública, Participação Social, Reforma do Legislativo, Reforma do Processo Orçamentário, Reforma Fiscal, Reforma Tributária, Tributos).



Linha do tempo

Em 2017, o evento “O que podem os prefeitos brasileiros”, realizado pelo USPCG, abordou os limites da autonomia municipal e inspirou a parceria com o IDS Brasil, que, em 2014, havia lançado a Plataforma Brasil Democrático e Sustentável, um plano para aprofundar a democracia e promover a sustentabilidade no Brasil, que conta com a proposta de repensar o Pacto Federativo. Em 2018, o evento “Pacto Federativo Brasileiro”, realizado pelo IDS Brasil e pelo USPCG, identificou entraves na governança federativa brasileira. Para aprofundar o debate e convergir e apresentar diretrizes voltadas ao aprimoramento da governança federativa brasileira, em 2019 foi concebida a iniciativa “Pacto Federativo: Municípios para a Agenda 2030” por meio da parceria entre reconhecidas instituições da sociedade civil que trabalham para promover o desenvolvimento sustentável local e nacionalmente.

2014

IDS Brasil lança a Plataforma Brasil Democrático e Sustentável, com a proposta de “Refazer o pacto federativo, de forma a promover: I) Desenvolvimento nacional integrado em todos os níveis; II) Municipalismo responsável e sustentável; e III) Participação social”.

2017

USP Cidades Globais realiza o evento “O que podem os prefeitos brasileiros”.

2018

IDS Brasil e USP Cidades Globais realizam o evento “Pacto Federativo Brasileiro” e desenvolvem um diagnóstico preliminar identificando entraves na governança federativa.

2019

Concepção da iniciativa “Pacto Federativo: Municípios para a Agenda 2030” a partir da parceria entre IDS Brasil, Centro de Síntese USP Cidades Globais (USPCG/IEA/USP), Instituto Ethos, ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade e Programa Cidades Sustentáveis, que têm atuado para a promoção do desenvolvimento sustentável nacional e localmente.

2019-2020

Ciclo de cinco seminários que fundamentaram a formulação das propostas.

2022

Lançamento das propostas.

2021

Formulação das propostas e contribuição de especialistas.

Alguns dados

Em um quadro de centralização dos recursos tributários na União, embora os municípios sejam fundamentais para a implementação de políticas públicas voltadas à promoção da qualidade de vida da população e ao desenvolvimento sustentável, boa parte deles não conta com efetiva autonomia financeira ou capacidade de implementação de políticas eficazes.



Ao longo da última década, a União ficou com mais de **53%** da arrecadação tributária do Estado brasileiro



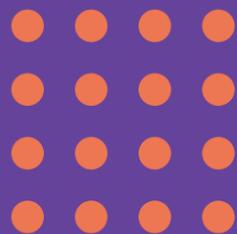
Em termos populacionais, mais de **80%** dos 5.570 municípios brasileiros são pequenos e médios e, em geral, contam com baixa capacidade administrativa e burocrática



Cerca de **82%** dos municípios brasileiros possuem índice de receita própria inferior a 10%



Existe um grupo formado por aproximadamente **100** municípios com mais de 80 mil habitantes que, além de baixa receita total *per capita*, registra baixo nível socioeconômico e altos níveis de pobreza



Propostas

As propostas apresentadas estão organizadas em dois grupos: o primeiro sugere alterações em dinâmicas centrais para destravar as amarras do atual arranjo federativo; o segundo refere-se a medidas para fortalecer a gestão municipal e a relação entre os entes federados, por meio do aprofundamento e da expansão de dinâmicas existentes.

Além dos grupos, as propostas estão organizadas em quatro eixos temáticos e nove tópicos.



Tópicos

1. Accountability
2. Gestão Territorial
3. Gestão Pública
4. Participação Social
5. Reforma do Legislativo
6. Reforma do Processo Orçamentário
7. Reforma Fiscal
8. Reforma Tributária
9. Tributos

Alterações em dinâmicas do federalismo



Adotar um modelo tributário que garanta aos municípios a maior parcela das receitas do Estado brasileiro em relação aos demais entes



Destinatários: Congresso Nacional e governo federal

O baixo volume de recursos disponíveis para os municípios impacta negativamente a sua capacidade de implementar as políticas públicas, sendo mais difícil melhorar ou manter a qualidade de vida da população.



PROPOSTA

Aumentar as receitas do Estado brasileiro à disposição dos municípios, de forma que estes fiquem com o maior percentual da Carga Tributária Brasileira em relação aos demais entes. Essa medida requer:

- aumento dos tributos sob responsabilidade direta dos municípios;
- aumento das transferências obrigatórias da União de recursos advindos da tributação sobre patrimônio, renda ou proventos, bem como da tributação sobre produtos industrializados, de forma que os municípios fiquem com o maior percentual destas receitas em relação aos demais entes.

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



Alterações em dinâmicas do federalismo

2

Revisar os critérios de distribuição dos recursos tributários aos municípios considerando o princípio da equidade fiscal



Destinatários: Congresso Nacional, governo federal, Assembleias Legislativas e governos estaduais

Em um país com grandes desigualdades sociais e regionais como o Brasil, é importante que regiões ou municípios de menor desenvolvimento recebam uma parcela maior dos recursos de repasses da União e dos estados. No entanto, a receita total por habitante dos municípios das regiões Norte e Nordeste é menor do que a receita total média por habitante dos municípios brasileiros.



PROPOSTA

Garantir maior repasse aos municípios de menor desenvolvimento, com aumentos progressivos até determinado teto conforme a melhoria de seus indicadores socioeconômicos.

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



Alterações em dinâmicas do federalismo

3

Adotar um sistema tributário progressivo



Destinatários: Congresso Nacional e governo federal

O atual sistema tributário baseado na cobrança sobre bens e serviços é considerado regressivo. Além de promover conflito entre os entes federados – principalmente em momentos de crise econômica, quando a arrecadação diminui –, contribui para a perpetuação da pobreza e de vulnerabilidades sociais.



PROPOSTA

Adotar um sistema tributário progressivo, que incida principalmente sobre renda, lucro, ganhos de capital, grandes fortunas, patrimônio e herança, e contribua para o enfrentamento das desigualdades sociais.

Algumas medidas que contribuiriam para viabilizar a proposta: a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, prevista na Constituição Federal de 1988, e a revogação da isenção de tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos.

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



Alterações em dinâmicas do federalismo



Revogar o Teto de Gastos da União



Destinatários: Congresso Nacional e governo federal

Além de impactos negativos significativos no enfrentamento das vulnerabilidades, das desigualdades e da pobreza, a medida concentra ainda mais os recursos tributários no governo federal, o que compromete a prestação de serviços públicos por municípios e estados.



PROPOSTA

Diante dos desafios que se apresentam em relação ao desenvolvimento socioambiental brasileiro, à pandemia de covid-19 e à emergência climática global, é urgente não apenas a revogação do teto de gastos, mas também a não aprovação de qualquer medida que possibilite a extensão de seus mecanismos aos demais entes federados.



A Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o novo regime fiscal da União, impossibilita o crescimento real das despesas da União em políticas públicas durante 20 anos, contados a partir de 2017, ainda que a receita da União cresça. Trata-se da medida fiscal mais austera do mundo.

16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



Alterações em dinâmicas do federalismo

5

Revisar os critérios de criação de municípios



Destinatários: Congresso Nacional e Governo Federal

O elevado percentual de municípios altamente dependentes de transferências dos demais entes e com baixa capacidade administrativa também pode ser explicado pela falta de critérios adequados para orientar e possibilitar a criação desses entes.



PROPOSTA

A criação (ou extinção) de municípios deve considerar, por meio de construção de cenários, os impactos derivados de tal decisão. Por exemplo:

- a função que exercerá na dinâmica regional em termos demográficos, econômicos ou de preservação/conservação ambiental;
- o nível de enriquecimento ou empobrecimento que será gerado no território afetado;
- a viabilidade de estruturação de um corpo burocrático e legislativo capaz de formular e implementar políticas eficazes e efetivas;
- o interesse popular em sua criação, de forma que não atenda apenas aos interesses privados ou patrimonialistas de elites locais.

16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



Alterações em dinâmicas do federalismo



Fazer valer a prevalência do planejamento regional sobre o interesse local em políticas ou ações voltadas à execução de funções públicas de interesse comum



Destinatários: governo federal, Congresso Nacional e Poder Judiciário

Em alguns casos de políticas regionais focadas em funções públicas de interesse comum, o interesse local tende a pesar mais no arranjo jurídico federativo brasileiro do que o planejamento regional. O resultado são entraves ao bom desenvolvimento de políticas regionais, que passam a depender da opção ou não de engajamento por parte de prefeitos municipais.



PROPOSTA

Como um dos meios de aumentar a eficácia e efetividade das políticas regionais ou políticas que buscam executar funções públicas de interesse comum – como na gestão de recursos hídricos ou na contenção da disseminação de doenças infectocontagiosas –, as legislações apropriadas devem prever a prevalência das políticas e do planejamento regional sobre o interesse local, quando pertinente.

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Alterações em dinâmicas do federalismo



Substituir as emendas parlamentares por editais de livre concorrência entre os municípios



Destinatários: Congresso Nacional e Assembleias Legislativas

As emendas parlamentares são um dos instrumentos que contribuem com a descentralização dos recursos financeiros na União. No entanto, essa forma de distribuição de recursos financeiros é objeto de críticas, pois depende de barganhas, nem sempre transparentes e focadas no interesse público, entre os parlamentares e o Poder Executivo, e entre os parlamentares e suas bases locais de apoio.



PROPOSTA

A substituição das emendas parlamentares por editais públicos aos quais qualquer município possa concorrer é um meio para alinhar a aplicação dos recursos à sua finalidade pública. Os editais podem requerer, por vezes, a submissão de propostas por grupos de municípios consorciados, colaborando, assim, para fortalecer a cooperação entre os entes. Podem, também, ser divididos de acordo com o porte dos municípios como uma forma de equilibrar a concorrência entre eles.

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



Alterações em dinâmicas do federalismo



Criar o conselho dos poderes executivos dos entes federados



Destinatários: governo federal e Congresso Nacional



PROPOSTA

A criação do conselho, com inclusão na Constituição, deve possibilitar: 1) a pactuação dos contenciosos federativos e a consideração, de forma democrática, das demandas de chefes de governo estaduais e municipais; e 2) o fortalecimento da gestão coordenada, articulada e territorial de políticas públicas.

Observação: Esse conselho deve ter elevado poder de decisão e influência em relação aos demais órgãos ou entidades governamentais no que diz respeito às questões federativas.

Questões a definir:

Quem e quantos serão os representantes dos entes federados – sendo relevante a presença de chefes do Executivo como membros – e como se dará o processo de tomada de decisão?

Qual será a relação das decisões tomadas no âmbito do conselho com as decisões tomadas, por exemplo, em casas legislativas federais, estaduais e municipais (ex.: superioridade; complementaridade; possibilidade de veto).

16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais



Aprovar legislações federais que estabeleçam alíquotas mínimas e procedimentos de atualização de base de cálculo de impostos municipais como forma de evitar subtributação



Destinatários: Congresso Nacional e governo federal

O aumento ou criação de impostos e taxas são medidas impopulares. Mas a subtributação gera um déficit de arrecadação prejudicial aos cofres públicos municipais e à capacidade financeira de investimento e implementação de políticas públicas.



PROPOSTA

Uma forma de mitigar a subtributação é determinar, por meio de legislações nacionais, alíquotas mínimas razoáveis e/ou procedimentos de atualização da base de cálculo para cobrança de impostos municipais.

17 PARCERIAS
E MEIOS DE
IMPLEMENTAÇÃO



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais

2

Ampliar e aperfeiçoar a utilização de aspectos socioambientais como critérios para parte das transferências obrigatórias aos municípios com a finalidade de incentivar o desenvolvimento territorial sustentável



Destinatários: governo federal, Congresso Nacional, governos estaduais e Assembleias Legislativas

Em um contexto de crescente degradação ambiental e de mudanças climáticas, o Brasil enfrenta o desafio de adotar políticas públicas que promovam a sustentabilidade e orientem a sociedade brasileira a um modelo de desenvolvimento que não seja predatório.



PROPOSTA

Com essa proposta, os municípios que demonstrarem melhoria nos indicadores relacionados à conservação e preservação de áreas verdes, resiliência contra as mudanças climáticas, entre outros indicadores socioambientais, receberão um percentual a mais dos recursos.



O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado está garantido no Art. 225 da Constituição Federal de 1988.



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais



3 Formular uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)



Destinatários: Congresso Nacional e governo federal

A inexistência de uma PNOT no Brasil dificulta o desenvolvimento integrado do território nacional que considere as especificidades de cada região, estados e municípios.



PROPOSTA

Entre outras, a formulação dessa política deve ter como diretriz o desenvolvimento territorial sustentável e, por meio de um olhar estratégico sobre o território nacional, deve colaborar com o redesenho e/ou a melhoria do arranjo institucional formado por políticas e marcos normativos que incidem sobre o território.

17 PARCERIAS
E MEIOS DE
IMPLEMENTAÇÃO



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais



Fortalecer o papel dos estados como promotores de políticas de desenvolvimento regional sustentável



Destinatários: governos estaduais, Assembleias Legislativas, governo federal e Congresso Nacional

A fraca atuação do ente estadual como promotor de políticas regionais prejudica a eficácia e a efetividade de tais políticas.



PROPOSTA

O desenvolvimento regional depende da atuação conjunta de estados e municípios. O fortalecimento das capacidades estatais dos governos estaduais voltadas às políticas regionais contribuirá para potencializar a atuação municipal para o desenvolvimento local e territorial.

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais

5

Disseminar informações e capacitação aos consórcios públicos sobre a obtenção de recursos financeiros adicionais de forma associada a políticas de fortalecimento e incentivo ao consorciamento



Destinatários: governos federal, estaduais e municipais, Assembleias Legislativas e consórcios públicos

As operações de crédito nacionais e internacionais pelos consórcios públicos, autorizadas pelo Senado Federal em 2018, podem ser um caminho para o financiamento de ações que exigem alto investimento financeiro, como na área de resíduos sólidos.



PROPOSTA

Embora a medida seja positiva, essas operações exigem muita cautela por parte do consórcio e de seus entes consorciados. Iniciativas constantes de orientação e capacitação dos quadros técnicos dos consórcios com foco em gestão financeira e planos de ação são fundamentais. Ações associadas, voltadas ao incentivo ao consorciamento e seu fortalecimento, devem ser realizadas pela União ou pelos estados.



Os consórcios públicos intermunicipais são um instrumento de gestão e desenvolvimento territorial que têm entre suas funções colaborar com o enfrentamento de problemas públicos comuns entre os municípios.

17 PARCERIAS
E MEIOS DE
IMPLEMENTAÇÃO



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais

6 Formular e implementar uma estratégia nacional de recuperação econômica sustentável

 **Destinatários: governo federal e Congresso Nacional**

A pandemia de covid-19, aliada à omissão e à má gestão governamental, gerou drásticos efeitos socioeconômicos no Brasil.



PROPOSTA

É urgente uma mudança de rota na economia brasileira guiada pelos princípios da sustentabilidade e adaptada às especificidades da biodiversidade e regiões do Brasil. A retomada econômica após a recessão provocada pela pandemia se coloca como uma grande oportunidade para esta mudança de rota.

Números do Brasil em 2020: impactos da pandemia

Estimativa da taxa de desemprego média, com busca por emprego constante: 18,8%;

Estudantes de 6 a 17 anos que não frequentavam a escola: 1,38 milhão (3,8%);

Não receberam nenhuma atividade escolar durante o período de ensino remoto: 4,12 milhões de estudantes;

Escalada da insegurança alimentar: mais da metade da população (55,2%) foi atingida em algum grau.

8 TRABALHO DECENTE
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais



Adotar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma das bases estruturantes de planejamentos de médio e longo prazo



Destinatários: Entes Municipais, Estaduais e Federal

A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um plano de ação integrado com o qual o Estado brasileiro se comprometeu ao aprová-lo com os demais países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015.



PROPOSTA

Além do compromisso firmado pelo Estado brasileiro, as graves consequências socioambientais de um modelo insustentável de desenvolvimento reforçam a importância da integração, nos diferentes níveis de governo, entre as metas dos ODS e os objetivos e metas dos instrumentos de planejamento exigidos pela legislação brasileira. Tal alinhamento contribui para a definição de métricas e/ou indicadores de avaliação de eficácia e efetividade das políticas públicas e para o acompanhamento da implementação da Agenda 2030.

17 PARCERIAS
E MEIOS DE
IMPLEMENTAÇÃO



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais



Promover o conveniamento de municípios com a União para o exercício das atribuições de fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)



Destinatários: Entes Municipais e Receita Federal - governo federal



PROPOSTA

Esta proposta não enfrenta todos os problemas relacionados ao ITR, no entanto, é pertinente enquanto não se promove a municipalização deste imposto. O conveniamento de municípios com a Receita Federal para fiscalização e cobrança do ITR pode contribuir com o aumento da eficácia e efetividade fiscal e extrafiscal do imposto, da arrecadação municipal e contribuir para melhoria da infraestrutura das áreas rurais.

17 PARCERIAS
E MEIOS DE
IMPLEMENTAÇÃO



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais



Regulamentar e aperfeiçoar os instrumentos de transparência e *accountability*, tal como a Lei de Acesso à Informação



Destinatários: Poder Executivo Federal, Entes Municipais



PROPOSTA

Deve-se avançar na disponibilização de dados sobre as ações governamentais, prezando pela qualidade, acessibilidade e capilarização dos dados de diferentes políticas públicas. Os cidadãos devem ser mais bem informados sobre como os recursos dos tributos são aplicados, com demonstração de como contribuem para atingir os ODS e reduzir desigualdades territoriais, de raça e de gênero.

Saiba mais



Accountability - No campo da ciência política, refere-se ao comportamento ético e transparente de membros de um órgão administrativo e/ou representativo para com a população.

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais

10

Fortalecer o Plano Plurianual (PPA) como instrumento de planejamento e gestão



Destinatários: União, Entes Estaduais, Entes Municipais



PROPOSTA

O PPA é um importante instrumento quadrienal de planejamento e gestão da ação governamental, em todos os níveis da federação. Fortalecê-lo contribuirá, entre outras coisas, para:

- 1) aumentar a eficácia e a efetividade das políticas públicas;
- 2) aumentar a racionalização da aplicação dos recursos públicos orçamentários;
- 3) consolidar uma cultura de monitoramento e avaliação na gestão pública brasileira; e
- 4) aumentar a transparência e participação social no processo de gestão.

16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais

11

Ampliar e fortalecer os instrumentos de planejamento e gestão participativa como mecanismos de controle social e aprofundamento da democracia no nível local



Destinatários: Entes Municipais



PROPOSTA

Esta ação deve se dar por meio da avaliação e do aprimoramento constantes dos instrumentos de participação social; da disseminação de informações sobre as funções e relevância de órgãos colegiados municipais; da oferta de capacitação à população para participação nos órgãos colegiados existentes; da criação de ambientes convidativos, com comunicação acessível que permitam o engajamento permanente de populações de diferentes níveis socioeconômicos, gêneros e cores; da elaboração e implementação de planos de governo diversos que representem os interesses das comunidades e os movimentos sociais locais.

16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais

12

Promover e aprimorar sistemas institucionais de monitoramento e avaliação de políticas públicas



Destinatários: Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipal, Casas Legislativas Federais, Estaduais e Municipais



PROPOSTA

Os sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas podem contribuir para:

- 1) melhorar a eficácia, efetividade e eficiência das políticas públicas, bem como a transparência da aplicação de recursos públicos;
- 2) qualificar a aplicação de recursos públicos e incentivos fiscais, utilizando-os de forma racional e articulada ao planejamento de políticas públicas;
- 3) a avaliação e o monitoramento do cumprimento das metas dos ODS entre os diferentes níveis de governo.

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais

13

Avaliar a implementação da dedicação não remunerada ou a redução do subsídio e gratificações de vereadores de municípios com baixa sustentação financeira própria



Destinatários: Câmaras de Vereadores

Em 2019, pequenos municípios, com até 20 mil habitantes, destinaram às Câmaras Municipais quase a metade (48,6%) de tudo que arrecadaram diretamente.



PROPOSTA

A dedicação não remunerada ou a redução do subsídio e gratificações de vereadores de municípios com baixa sustentação financeira própria visam: 1) reduzir a pressão financeira sobre os orçamentos públicos, melhorando a situação fiscal do município; 2) quando possível financeiramente, remanejar os recursos antes destinados à remuneração dos vereadores para o investimento em políticas públicas; 3) potencialmente, aumentar a variedade e qualidade dos serviços públicos prestados à população. A implementação desta proposta, no entanto, não deve incluir vereadores(as) que não conseguiriam exercer suas funções de representação sem receberem subsídio, para não contribuir com a elitização da Câmara dos Vereadores nem com a inviabilização da renovação do perfil dos vereadores brasileiros.

16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais

14

Criar um Fundo Nacional de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável



Destinatários: Congresso Nacional e governo federal



PROPOSTA

O objetivo é incentivar a adesão municipal aos projetos e políticas voltadas à execução de funções públicas de interesse comum e fortalecer arranjos territoriais interfederativos. Para viabilizar a proposta, é necessário garantir fontes de recursos determinadas e minimamente previsíveis, constituir um corpo gerencial e técnico capacitado e dedicado à boa aplicação de seus recursos, sempre alinhados a metas de redução das desigualdades socioterritoriais e de sustentabilidade, como as dos ODS.

11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais

15

Adotar orçamentos municipais regionalizados



Destinatários: governos municipais e Câmaras de Vereadores



PROPOSTA

A medida deve permitir a destinação de mais recursos a localidades com maiores vulnerabilidades sociais e infraestrutura de menor qualidade ou escassa, a fim de colaborar para a diminuição das desigualdades territoriais. A potencialização desta proposta depende de políticas de monitoramento e avaliação e de participação social baseadas nas regiões definidas no orçamento.

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Fortalecimento dos municípios e do federalismo a partir de dinâmicas atuais

16

Promover cidades e assentamentos humanos sustentáveis por meio do planejamento integrado



Destinatários: Entes Municipais e Estaduais

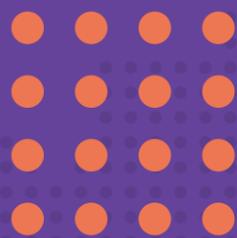


PROPOSTA

Duas ações importantes são: distribuir as metas relacionadas à sustentabilidade entre todas as secretarias municipais, evitando que as ações se restrinjam a apenas uma pasta; incrementar as ações voltadas à sustentabilidade trazendo investimentos de diferentes pastas ou secretarias municipais, em especial daquelas com orçamentos mais robustos.

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS





Saiba mais

Quer se aprofundar no tema e obter mais detalhes sobre as propostas? Acesse a íntegra do documento “Pacto Federativo: Municípios para a Agenda 2030 – Diretrizes para o aprimoramento do federalismo brasileiro”, disponível [aqui](#). No documento, é possível verificar as fontes e referências que embasaram as propostas e a redação deste Sumário Executivo.





PACTO FEDERATIVO

Municípios para a Agenda 2030

As reflexões e apontamentos debatidos ao longo da série de cinco seminários foram reunidos em um conjunto de propostas principais que são agora disponibilizados ao público.

Acompanhe nos canais do IDS:

www.idsbrasil.org |



Apoio:

